

Plano de Governo do Partido NOVO para Goiás

Governador

Edigar Diniz

Vice-governador

Jamil Said



Eleições 2022

NOVO 

Sumário

1	Princípios e Valores do NOVO	4
2	O Partido NOVO na Prática.....	5
2.1	Resultados no Executivo	6
2.2	Resultados no Legislativo	8
2.3	Resultados da Gestão Partidária	10
3	Candidatos ao Governo de Goiás.....	11
3.1	Governador	11
3.2	Vice-governador	11
4	Gestão de Estado.....	12
4.1	Governo Servidor	12
4.2	Transformação Digital	13
4.3	Contenção de Gastos	14
4.4	Gestão de Pessoas	14
4.5	Priorização Técnica de Projetos	15
4.6	Identificação e Promoção de Vocações	15
4.7	Simplificar e Desburocratizar	15
4.8	Transparência e Fiscalização	16
4.9	Plano de Privatização e Concessões	16
4.10	Investimentos	18
5	Educação	19
5.1	Ensino Infantil e Fundamental	20
5.2	Ensino Médio	22
5.3	Ensino Superior	24
6	Ciência e Tecnologia	25
7	Saúde.....	26
7.1	Gestão da Qualidade	26
7.2	Financiamento	26
7.3	Digitalização	27

7.4	Descentralização	27
7.5	Ampliação de Capacidade	28
7.6	Prevenção	28
8	Segurança Pública	30
9	Infraestrutura.....	32
9.1	Saneamento	32
9.2	Energia	33
9.3	Rodovias	34
9.4	Silos	34
10	Desenvolvimento Econômico	36
10.1	Programa “Goiano que Planta, Goiano que Transforma”	36
10.2	Programa Goiás 4.0	37
10.3	Lei de Liberdade Econômica	38
10.4	Código de Defesa do Empreendedor	38
10.5	Turismo	39
10.6	Programa Polo da Moda	40
10.7	Agronegócio	40
11	Desenvolvimento Social	43
12	Meio Ambiente	45
13	Cultura	47
14	Esporte	48
15	Mensagem Final	49

1 Princípios e Valores do NOVO

A ESSÊNCIA DO PARTIDO NOVO É INEGOCIÁVEL

Somos pessoas comprometidas com princípios e valores inegociáveis, que são fundamentados no que funciona e no que é justo. Independentemente do lugar onde nasceu, sua cor, sua religião, quem você ama ou quaisquer outros critérios de separação que possam criar, o NOVO luta por você com transparência e honestidade.

Por meio deste documento buscamos conquistar a sua confiança para nosso projeto para o Estado de Goiás. Trouxemos exemplos de como o NOVO conduziu suas pautas no Legislativo e no Executivo nesses últimos anos para você entender as nossas propostas.

Desde já queremos que saiba que o Partido NOVO tem princípios e valores que norteiam suas ações dentre os quais destacamos:



2 O Partido NOVO na Prática

A INSPIRADORA HISTÓRIA DO NOVO

A adoção de princípios e valores institucionais por todos os seus membros é um desafio para qualquer organização do mundo. Cientes disso, o Partido NOVO criou um estatuto que define regras claras para adesão, punição e até afastamento de pessoas que não compartilhe dos mesmos.

Nosso estatuto é o único que exige que os postulantes, a quaisquer cargos públicos, passem por um processo seletivo e que exige ficha limpa até para seus filiados. Ele também tem dispositivos para proteger o partido de “caciques políticos” e assim nos mantermos fiéis aos nossos ideais independentemente de quais sejam os dirigentes partidários.

O NOVO é gerido de forma voluntária por seus membros e, inclusive, é o único partido que não usa o Fundão. Somente em 2022, devolvemos R\$ 87,7 milhões, dinheiro que poderá ser usado em Educação, Saúde e Segurança.



 Eleições

Bancada do Novo na Câmara devolve R\$ 87,7 milhões do Fundo Eleitoral

Por Gazeta do Povo



O anúncio da devolução foi feito pelos deputados do partido durante coletiva de imprensa na Câmara. | Foto: Divulgação

Nós estamos transformando a teoria em prática. A bancada de mandatários do NOVO é considerada uma das mais coerentes do Brasil. De fato, o partido NOVO tem características únicas:



2.1 Resultados no Executivo

O atual Governador de Minas Gerais é o Romeu Zema. Ele foi o primeiro mandatário do Partido NOVO eleito para o Poder Executivo. Em 2019, em seu primeiro ano de mandato, enfrentou uma das situações mais calamitosas do Brasil.

Com dívidas da ordem de R\$ 100 bilhões o governo de Minas Gerais era incapaz de pagar os servidores públicos em dia. A educação estava em situação precária e as

secretarias eram ocupadas por pessoas indicadas politicamente, sem especialização nas suas áreas de atuação. E para piorar o cenário, quase a totalidade dos deputados estaduais eleitos em 2018 eram de oposição.

A estratégia adotada para o enfrentamento destes enormes desafios foi combater desperdícios, reduzir a máquina pública e trazer gente com competência para o governo. Indicados políticos foram substituídos por pessoas que foram recrutadas por processo seletivo. Cargos comissionados foram reduzidos, e os remanescentes substituídos por servidores concursados. Esse conjunto de ações motivou o mercado privado a voltar a investir em Minas Gerais.

O resultado do jeito NOVO de Governar é incomparável. Todos os indicadores de gestão do Estado de Minas Gerais melhoraram, desde a transparência, passando pela Saúde e Educação. Os servidores públicos agora recebem em dia e ainda receberam recomposição salarial igualitária para todas as áreas, sem privilégios.

Além disso, Zema já trouxe para o Minas Gerais quase dez vezes mais investimento privado do que seu antecessor. São mais de R\$ 221 bilhões, e ainda fez com que o Estado de Minas Gerais tivesse a maior participação do PIB do Brasil dos últimos 20 anos.

Em 2020 o Partido NOVO elegeu seu segundo mandatário ao poder executivo, o Prefeito Adriano Silva de Joinville - SC. Na sua gestão, Adriano aplicou o mesmo modelo de gestão já experimentado em Minas Gerais, pelo Partido NOVO. Como resultado Joinville foi classificada como a "Melhor Cidade do Brasil" pela consultoria Austin Rating.

Joinville ganhou a primeira posição deste ranking depois de apenas 2 anos da gestão do Partido NOVO. Dentre os destaques apontados pelo estudo estão as ações para o desenvolvimento da vocação empreendedora da cidade, as estratégias de combate à COVID-19 em parceria com startups e as melhorias do sistema educacional. Assim como Minas Gerais, Joinville é mais um exemplo de que o projeto de gestão defendido pelo NOVO dá resultados!



2.2 Resultados no Legislativo

Em 2016, os primeiros 4 vereadores do NOVO foram eleitos, hoje já temos mais de 40 mandatários do legislativo, dentre vereadores, deputados estaduais e federais. Nestes 6 anos de atuação dos parlamentares do NOVO, a sociedade pôde constatar que a bancada se manteve fiel aos preceitos do partido, em muitos momentos sendo o último bastião da liberdade no país. Como resultado a bancada é classificada como a melhor pelo Ranking dos Políticos (mais em www.politicos.org.br).

RANKING DOS
POLÍTICOS



NOVO

8 DEPUTADOS FEDERAIS

7,82
MÉDIA DE
NOTAS

A bancada de NOVO defendeu e votou de forma unânime em praticamente todas as pautas relevantes para o país e para você, cidadão. Dentre outras, defendeu e atuou fortemente em favor da reforma da previdência, marco do saneamento básico e o marco das startups. Em linha com os valores do partido, a título de transparência a liderança da bancada de deputados federais criou o Portal NOVO na Câmara (www.novonacamara.com.br) onde são publicadas justificativas para os posicionamentos do partido, especialmente os mais polêmicos que são alvo de críticas de adversários políticos.

O zelo com o dinheiro público também é notório dentre os mandatários do NOVO e vai além da recusa do fundo eleitoral pelo partido. Todos os mandatários renunciaram a privilégios pessoais, como auxílio moradia, plano de saúde especial e pelo menos 50% da verba parlamentar e como resultado já economizaram mais de R\$ 134 milhões desde 2017.



visite >> <https://novo.org.br/economizometro> << visite

2.3 Resultados da Gestão Partidária

Fundado em 12 de fevereiro de 2011, por 181 cidadãos de 35 profissões oriundos de dez Estados, o NOVO é um movimento que foi iniciado por cidadãos insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos. Foram 5 anos de burocracias até que o registro fosse homologado em 2015. Os fundadores do partido nunca haviam se candidatado a cargos eletivos, mas concluíram que um partido seria a ferramenta democrática adequada para realizar as mudanças desejadas e necessárias.

MAIS DO QUE QUALQUER OUTRO PARTIDO, O NOVO É COBRADO POR SUA COERÊNCIA JUSTAMENTE POR SER ESTA COERÊNCIA SEU DIFERENCIAL.

O portal do Partido NOVO é rico e informações sobre os posicionamentos, dúvidas comuns e há o serviço NOVO Explica no qual assuntos polêmicos são explicados de forma lógica e clara, muitas vezes contrastando com a posição da maioria dos parlamentares de outros partidos.



visite >> www.novo.org.br/novo-explica << visite

3 Candidatos ao Governo de Goiás

Depois do processo seletivo o Partido NOVO de Goiás selecionou seus candidatos ao governo de Goiás. Edigar Diniz é o candidato selecionado à posição de governador e Jamil Said candidato selecionado à vice-governador, ambos têm experiência em gestão e formação acadêmica adequada ao cargo que postulam.

3.1 Governador



Edigar Diniz, candidato a governador, é formado em Ciências da Computação, mestre em Engenharia de Software e pós-graduado em docência universitária. Fundador e CEO da empresa Otimize-TI, o empresário é membro do conselho da associação Guardiões do Amor Maior, movimento que realiza ações sociais voluntárias no Estado de Goiás. Foi professor por 12 anos e é autor do livro “Seu Novo Eu”.

3.2 Vice-governador



Jamil Said, candidato a vice-governador, é formado em Engenharia Aeronáutica pelo ITA e é especialista em Sistemas Distribuídos (UnB). Atua como consultor em estratégia, com mais de duas décadas de experiência, na condição de executivo de multinacionais e de empreendedor. Já foi sócio de empresas de tecnologia, varejo e mais recentemente atua no segmento imobiliário.

Plano de Governo para Goiás

INOVAÇÃO COM RESULTADOS PRÁTICOS

4 Gestão de Estado

Goiás está estagnado segundo o Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo renomado Centro de Liderança Pública (CLP). No último trimestre de 2018, quando da divulgação do Ranking, antes da posse do atual governador, Goiás figurava na 10ª posição e na edição mais recente, a de 2021, infelizmente, Goiás continua na mesma posição.

Segundo o CLP "... ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, (...) sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos." Em outras palavras, serviços de comparação de resultados são essenciais para que os cidadãos tenham critérios de comparação realistas sobre a qualidade da gestão pública.

A estagnação de Goiás é um alerta para os goianos. Ao contrário do que propaganda política e estatal nos faz acreditar, as coisas não estão bem.

Goiás tem potencial e vocação para ser um dos estados mais competitivos do Brasil, mas essa competitividade só se tornará realidade com uma nova forma de gestão pública.

SERVIR AO CIDADÃO SE RESUME EM NÃO ATRAPALHAR QUEM PRODUZ E AJUDAR QUEM MAIS PRECISA. NOSSO FOCO SEMPRE SERÁ AJUDAR A MENOR DAS MINORIAS, VOCÊ, O CIDADÃO.

Na temática de gestão do Estado há várias pautas a serem modificadas à luz das boas práticas de gestão. As primeiras a serem endereçadas na gestão do Partido NOVO frente ao Governo de Goiás são as descritas a seguir.

4.1 Governo Servidor

O partido NOVO entende que o governador tem a obrigação de atuar como principal **Servidor Público** do Estado, e como tal, deve inspirar todos os demais a adotarem os

princípios de uma gestão eficiente e transparente. Como exemplo desta nova atuação, o governador não irá morar em palácios, não utilizará jato (avião) bancado pelo orçamento do Estado para fins pessoais e renunciará aos privilégios indevidos do cargo.

UM GOVERNO SERVIDOR DE VERDADE É UM GOVERNO MUNICIPALISTA. LOGO, A AGENDA DE PRIORIDADES DE ATUAÇÃO DO GOVERNO, SERÃO DEFINIDAS EM CONJUNTO COM OS PREFEITOS. DEPOIS, OS SECRETÁRIOS ESTADUAIS TERÃO COMO MISSÃO APOIAREM SEUS PARES NOS MUNICÍPIOS, AFINAL SÃO AS PREFEITURAS QUE TÊM A MELHOR VISÃO DAS REAIS NECESSIDADES DE CADA CIDADE.

Neste modelo, não há preferência, mas sim critérios técnicos para orientar as ações que envolvem os municípios. Em outras palavras, haverá isonomia no tratamento de todas as cidades, mesmos as administradas por outros partidos.

Por fim, acreditamos que essa mudança do atual modelo de um governo “palaciano” – centrado em critérios políticos – para um modelo de governo “servidor” – centrado em critérios técnicos – possui o poder de inspirar e de transformar o Estado.

4.2 Transformação Digital

Transformação digital é o fenômeno que incorpora o uso da tecnologia digital às soluções de problemas tradicionais. Fenômeno potencializado com a pandemia de COVID-19, serviu para mostrar que muitas necessidades de exercício da cidadania podem ser atendidas por meio digital.

Precisamos avançar na digitalização do estado de Goiás. O cidadão ainda não tem acesso a informações relevantes, e quando as têm, elas não são inteligíveis à maioria. Faltam ainda serviços básicos, como a centralização de certidões e integrações de dados com governo federal e com os municípios. Não existe impedimento técnico para a transformação digital do Estado de Goiás, na visão do NOVO o que falta é vontade política.

Estudos demonstram que o Retorno Sobre os Investimento (ROI) em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) são da ordem de 9 vezes. Cientes disso os investimentos em digitalização serão os maiores já feitos no Estado e serão transversais, isto é, para todas as áreas e pastas. A meta é que Goiás se torne um dos estados mais digitalizados do Brasil em 4 anos.

4.3 Contenção de Gastos

O combate aos desperdícios e aos privilégios será foco de nossa atuação. Já no início do mandato levantaremos os contratos vigentes e os classificaremos em ordem de impacto econômico. Depois, iremos buscar oportunidades de cortes, de renegociações e até mesmo de distrato, caso sejam encontrados indícios de desperdícios ou privilégios.

4.4 Gestão de Pessoas

O mérito e a excelência serão prioridade para a gestão de pessoas. Dentre os cargos de Estado mais comuns ou mais bem remunerados revisaremos suas respectivas atribuições, metas e mecanismos de gestão de eficiência e eficácia. O foco deste trabalho será nos certificarmos de que os servidores do Estado sabem o que precisam fazer e se o resultado do seu trabalho está sendo medido e recompensado de forma justa por meio de mecanismos claros. Posteriormente, serão propostos meios para corrigir e aprimorar o fluxo de trabalho e o serviço prestado à população.

PARA O PARTIDO NOVO TODOS OS CIDADÃOS DEVEM SER TRATADOS SOB OS MESMOS CRITÉRIOS, A PRÁTICA DA "CARTEIRADA" OU PRIORIZAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA PESSOAS OU GRUPOS ALIADOS AOS AGENTES PÚBLICOS NÃO SERÁ TOLERADA.

O combate aos privilégios é uma das pautas mais importantes da gestão eficiente. Eventuais privilégios, tais como bonificações excessivas e gastos exagerados dos recursos públicos, serão identificados e novas linhas de conduta serão adotadas para o emprego adequado deste dinheiro.

Finalmente, vamos manter o princípio que têm feito das gestões dos mandatários do Partido NOVO as melhores do Brasil que é recrutamento de pessoas por meio de processo seletivo. Os cargos de confiança serão ocupados por pessoas com comprovada experiência e selecionadas por um processo seletivo profissional, feito por empresa de recrutamento.

4.5 Priorização Técnica de Projetos

Decisões serão de cunho técnico, jamais subjetivas e, em especial, jamais determinadas por influência política ou de ordem pessoal. Em outras palavras os principais serviços do Estado, assim como as regras de repasse de recursos, não serão pautados em pessoas, mas sim em critérios técnicos e isonômicos.

Não haverá mais possibilidade de “furar-fila” na análise de processos em autarquias, e nem haverá mais privilégios aos “amigos do rei”. Na gestão do Partido NOVO em Goiás, não vamos medir esforços em favor da equidade.

4.6 Identificação e Promoção de Vocações

As diferentes regiões do Estado têm diferentes vocações e na gestão do Partido NOVO essas vocações serão potencializadas.

Vocações atraem mais consumidores e, portanto, mais investidores. Por exemplo, a região da Rua 44, no centro de Goiânia – GO, se vocacionou para o varejo de moda com milhares de pequenas confecções e lojistas que juntos tem um faturamento estimado em 900 milhões reais ao mês. Trata-se de uma das regiões que mais geram empregos e renda para o Estado de Goiás na atualidade.

O desenvolvimento das vocações locais pode ser natural, porém com apoio do governo o surgimento das vocações pode ser acelerado. Cientes disso na gestão do Partido NOVO vamos atuar com prioridade para identificar as vocações regionais e vamos criar programas para desburocratizar e simplificar a vida de quem quer empreender.

4.7 Simplificar e Desburocratizar

O arcabouço legal e infralegal do Brasil, incluindo o de Goiás, é demasiadamente complexo e ineficiente. Como consequência prejudicamos a competitividade dos empreendedores, assim como dificultamos a vida dos cidadãos.

Para o Partido NOVO o Estado deve atuar da forma mais simples e eficiente possível. Assim, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) e a sociedade organizada, revisaremos todo o arcabouço legal e regramentos para propormos a revogação de leis inúteis e a extinção de atos normativos com eficácia ou validade vencidos.

4.8 Transparência e Fiscalização

Nossa meta é tornar a gestão do Estado de Goiás uma das mais transparente do Brasil. Para tal, vamos aprimorar nossas políticas de avaliação dos serviços públicos.

Fortaleceremos o Instituto Mauro Borges com recursos e autonomia para coordenar a coleta e publicação de dados, de forma inteligível e acessível a todos os cidadãos.

A transparência em função da ampla publicação de dados já é prática do Partido NOVO, tanto é que o Governo de Minas Gerais gerido pelo Partido NOVO saiu da 20ª posição em transparência para a 1ª em menos de quatro anos.



4.9 Plano de Privatização e Concessões

O Partido NOVO entende que o governo de um Estado deve focar sua atenção para a Educação, Saúde e Segurança, além da própria gestão da máquina pública. Não é razoável supor que o Estado seria um bom administrador de empresas haja vista que a própria iniciativa privada, reconhecidamente mais eficiente que o Estado, tem dificuldades na gestão dos empreendimentos que não façam parte de sua competência principal.

PRIVATIZAÇÕES SERÃO AMPLAMENTE DISCUTIDAS COM A SOCIEDADE PARA QUE SEJAM BEM-FEITAS E ASSIM CONSIGAMOS EVITAR A SIMPLES MUDANÇA DE UM MONOPÓLIO PÚBLICO PARA UM MONOPÓLIO PRIVADO.

Todas as estatais terão seu objetivo de atuação analisada e sua estrutura avaliada. Desta análise, será decidido o melhor caminho a ser explorado, seja privatização, realização de parcerias com iniciativa privada ou manutenção como estatal com ampliação ou diminuição de escopo de atuação. Dentre alguns casos relevantes gostaríamos de citar:

- **Saneago:** A Saneago é uma empresa indispensável para execução do plano de saneamento do estado de Goiás. Vemos como um primeiro passo importante a realização de abertura de capital já aprovada pela ALEGO, mas consideramos que a realização de uma oferta secundária pode implicar na descapitalização da empresa, uma vez que os recursos obtidos da venda de ações vão para o controlador, no caso o estado de Goiás, e então o dinheiro poderá ser dissipado em ações de outras pastas. Assim, este é um ponto de atenção e que poderá ter proposta de alteração para uma emissão primária, onde os recursos obtidos possam ser utilizados na realização de investimentos para universalizar os serviços de saneamento. Uma alienação completa das ações da Saneago somente será considerada após a elaboração de um plano para universalização dos serviços de saneamento para todos os goianos, o que será amplamente discutido com a ALEGO, demais autarquias e toda a sociedade Goiana.
- **Iquego:** A IQUEGO é uma empresa do setor de medicamentos, que acumula um prejuízo de R\$ 250 milhões (<https://www.iquego.go.gov.br/acesso-a-informação>). Em princípio, não vemos razão para o Estado manter uma empresa com finalidade de fabricação de produtos hospitalares, principalmente de baixa tecnologia e que são amplamente ofertados pela iniciativa privada a custos mais competitivos. Será assim tratada como um caso passível de privatização.
- **Ipasgo:** O IPASGO é o plano de saúde dos servidores do estado de Goiás. Um parecer do Tribunal de Contas do Estado (TCE) publicado do Diário Oficial do Estado no dia 30 de junho de 2022 recomenda a privatização do mesmo. Em várias gestões do Estado o IPASGO tem deixado de cumprir sua função na sua plenitude por interferências políticas. Os recursos têm desvio de finalidade e falta gestão profissional que por sua vez contribui para surgimento de casos graves de corrupção. Na gestão do Partido NOVO vamos trabalhar para que toda a

receita do IPASGO seja reinvestida, sem desvios de finalidade. Além disso, será implantado um extensivo Programa de Gestão da Qualidade na administração da operação, protegendo o mesmo de interferências políticas.

4.10 Investimentos

O desenvolvimento econômico e social de uma região depende prioritariamente de investimentos realizados pelo setor privado. Isso, no entanto, não elimina a necessidade de investimentos públicos naquilo que não possa ou não seja do interesse privado realizar. É válido portanto estabelecer as diretrizes segundo o qual se dará a política de investimento em um eventual governo do NOVO.

Os projetos de investimento do estado priorizarão as vocações naturais de cada região, e estarão alinhadas ao objetivo de implantação de indústrias no estado, de acordo com o programa “Goiano que planta, goiano que transforma” (ver capítulo 11).

Sempre que possível serão estabelecidas parcerias com a iniciativa privada, seja através de Parcerias Público Privadas (PPPs), assim como a realização de concessões de infraestrutura.

Como forma de estímulo a realização de Parcerias Públicas Privadas (PPPs), vamos formar um fundo garantidor de crédito, que elimine o recorrente risco de crédito em contratos com setor público.

De forma similar, será proposto arcabouço legal que permita exigir nas licitações do estado a contratação de seguros-garantia, cobrindo caso de atrasos ou não entregas de obras. Esta ferramenta é conhecida tradicionalmente como “*performance bonds*”.

A realização dos investimentos públicos e para formação inicial do fundo garantidor de crédito dependerá da criação de espaço orçamentário, isto é, geração de *superávit* fiscal. Isso será buscado da seguinte forma:

- Forte gestão de custos da máquina estatal. Todo desperdício será cortado;
- Busca de recursos federais para projetos e de emendas parlamentares;
- Buscar por alongamento dos prazos de pagamento de dívidas do estado, inclusive junto ao governo federal;
- Ampliação da arrecadação, com revisão de renúncias que não tragam resultados na geração de emprego e que não sejam condizentes com as vocações naturais de cada região do estado.

5 Educação

A qualidade da educação no Ensino Médio de Goiás tem avançado. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), possui nota 4,8, uma das melhores do Brasil. Contudo, este resultado está muito longe do ideal.

Nas escolas públicas de Goiás as crianças se formam no ensino médio sem saber escrever corretamente. A falta de capacidade de leitura e interpretação de textos é gravíssima pois ela afeta a habilidade dos jovens em se desenvolverem social e profissionalmente e exercerem sua cidadania.

O baixo domínio de matemática também implica em graves problemas futuros na empregabilidade dos jovens.

NA GESTÃO DO PARTIDO NOVO NO GOVERNO DE ESTADO DE GOIÁS A EDUCAÇÃO PÚBLICA SERÁ PRIORIDADE. ADOTAREMOS ESTRATÉGIAS COMPROVADAS PARA MELHORAR OS RESULTADOS OBTIDOS NA EDUCAÇÃO.

O Partido NOVO é sensível ao impacto devastador que a pandemia de coronavírus trouxe para educação no país. Entendemos as dificuldades enfrentadas pelos pais, alunos e professores, por isso buscaremos soluções minimizar as perdas ocorridas de aprendizado neste período.

Nas escolas a meta é ter todas com suas infraestruturas de esporte adequadas e que sejam plenamente utilizadas, especialmente no contraturno escolar. Para isso buscaremos boas práticas no estímulo à prática esportiva adaptados à realidade do Estado de Goiás.

Estimular o esporte promove a inclusão social, menores índices de criminalidade, maior expectativa de vida e até mesmo melhorias no exercício laboral e estudantil. Entretanto, para que esses benefícios sejam concretos é necessário planejamento e gerenciamento.

5.1 Ensino Infantil e Fundamental

A execução de uma política pública estadual voltada para o Ensino Infantil e Fundamental enfrenta o fato de que essa fase da educação é de responsabilidade direta dos municípios. Dessa forma, o Governo do Estado deverá atuar de forma indireta, agindo como incentivador e coordenador de boas práticas educacionais, apoiando prefeitos e secretários de educação na implementação das políticas propostas. Essa ação está de acordo com o princípio de Governo Servidor (ver capítulo 4.1) que visa tornar o governo estadual um verdadeiro prestador de serviços às prefeituras do Goiás.

Colocado esse contexto, nossa principal proposta para a educação do estado de Goiás é tornar prioritário o investimento na Educação Básica, com um grande foco na pré-escola e no processo de alfabetização das crianças.

Estudos recentes indicam que os investimentos na educação de crianças com idades de 4 a 6 anos apresentam grandes benefícios para sociedade no longo prazo, tanto do ponto de vista social quanto econômico. Assim nosso objetivo será tornar a alfabetização possível aos 6 anos de idade e o letramento possível aos 7 anos.

Para realizamos esta tarefa, iremos promover a formação de professores para a área da alfabetização e letramento e buscaremos reduzir o número de alunos por salas de aulas de alfabetização. Com maior formação e menos alunos nas salas de aula, os docentes poderão dedicar mais tempo aos alunos e suas demandas individuais.

Serão criados incentivos para a criação de novas vagas em creches e proporcionaremos um amplo treinamento para os profissionais da educação com o objetivo de desenvolver as competências sociais e cognitivas em nossas crianças. Também faremos campanhas de conscientização das famílias para incentivar a entrada das crianças em idade de 4 a 5 anos na pré-escola.

O ensino fundamental é também um pilar na formação dos cidadãos. O ensino fundamental 1, que compreende do 1º ao 5º ano, é a fase de construção de base educacional essencial para a vida do cidadão. Nessa fase, as crianças são apresentadas aos conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Artes. Nosso objetivo, é que todas as crianças do estado de Goiás finalizem o ensino fundamental 1 com completo domínio de leitura e produção de textos e sobre a aritmética.

O ensino fundamental 2, que compreende do 6º ao 9º ano, é uma fase de transformação para os alunos, que começam a deixar de ser crianças e começam a se tornar

adolescentes. Nesta etapa, os estudantes começam a amadurecer e descobrir suas vocações. Nosso objetivo nesta fase, é que todas os jovens adquiriam uma bagagem educacional que permitam desenvolver a plenitude de suas vocações no futuro.

De forma resumida, as nossas propostas para ensino infantil e fundamental são:

- Criar um grande pacto pela educação básica, envolvendo vereadores, prefeitos, deputados estaduais e toda a sociedade. O objetivo será criar uma visão única e compartilhada no estado em busca da alfabetização das crianças aos 6 anos de idade em todo o estado;
- Adaptar estrutura da Secretaria Estadual de Educação para se tornar uma prestadora de apoio e serviços aos municípios. Isso será feito através da organização dos municípios em macrorregiões, que será acompanhada por uma equipe dedicada;
- Propor à ALEGO, aumento do peso dos resultados da educação na definição dos recursos de repasse às prefeituras (atualmente em 10%);
- Criar três projetos de treinamento e extensão em educação: um para secretários municipais de educação, outro para diretores de colégio e outro para professores. Esses cursos terão caráter eminentemente prático com módulos de curta duração e serão estruturados para serem cursado de forma contínua, sem necessidade de afastamento do trabalho;
- Criar projeto que reconheça e recompense secretários municipais, diretores e colégio e professores por finalizarem treinamentos e aqueles que atingirem melhores resultados educacionais em suas escolas e municípios;
- Apoiar prefeituras na melhoria da infraestrutura municipal de educação;
- Orientar prefeituras na sua estruturação financeira para que consigam ampliar os investimentos em educação básica;
- Propor para ALEGO, criação do "voucher" para educação, com orçamento específico para oferta de vagas em creches nos municípios com menos recursos.

5.2 Ensino Médio

O ensino médio é a esfera principal de competência do governo estadual, quando se refere a educação. Ao discutir o ensino médio, 3 temas relevantes devem ser considerados: a baixa qualidade do ensino oferecido, o Novo Ensino Médio, e o ensino Médio Profissionalizante.

A principal medida de resultado do processo educacional, é o domínio que os alunos possuem do conteúdo mínimo ensinado ao longo de 12 anos de escola (ou mais se considerarmos o período de ensino infantil). Neste aspecto, apesar do que é seguidamente propagandeado por seguidos governos do estado, os resultados alcançados pela educação pública em Goiás são pífios.

Apenas 40,7% dos jovens que se formam do ensino médio em nosso estado possuem suficiente domínio de português. Quando consideramos o domínio de matemática, esse resultado é ainda mais decepcionante: apenas 8,4% dos jovens formados, possuem domínio de matemática. Consideramos essa situação como o mais grave entrave ao desenvolvimento econômico e social de nosso estado.

É fato que os péssimos resultados percebidos, são frutos de deficiência de ensino acumuladas ao longo dos anos, desde a pré-escola. Assim, qualquer plano sério de educação deve necessariamente focar no ensino infantil e fundamental (vide capítulo 5.1), ao mesmo tempo que trata os problemas do ensino médio.

As soluções no caso são conhecidas: foco na formação de professores e diretores, oferta de atividades no contraturno (esporte, arte, reforço de português e matemática), ampliação do ensino integral, reconhecimento e incentivo financeiro por bons resultados alcançados.

Quanto ao Novo Ensino Médio, consideramos as mudanças propostas positivas, pois permitem uma educação mais alinhada com o contexto tecnológico da sociedade de hoje. Mas não devemos subestimar as dificuldades para sua implementação. Nossos esforços neste setor serão para auxiliar as escolas na implementação deste novo modelo educacional.

Inicialmente, será formada uma força tarefa para elaboração dos novos currículos escolares no nível estadual, considerando as vocações regionais para construção das disciplinas integradas. Também daremos especial ênfase de matérias voltadas para Tecnologia da Informação, com o fim de preparar os jovens para os desafios da nova economia.

O ensino médio profissionalizante é um modelo de aprendizagem focado no desenvolvimento de competências técnicas. Goiás nesse quesito está muito abaixo da média nacional. Enquanto em Goiás apenas 9% dos alunos do ensino médio estão matriculados em cursos técnicos, no Brasil a média de matrículas é de 18%. Isso gera um grande problema estrutural na disponibilidade mão de obra para desenvolvimento de nosso estado.

Nosso objetivo é ampliar a oferta de vagas de ensino técnico, permitindo Goiás atingir no mínimo a média nacional. Em concordância com o Plano de Desenvolvimento Econômico (ver capítulo 10) as vagas serão ampliadas levando em consideração as vocações naturais de cada região, e particular atenção será dada a cursos na área de Tecnologia da Informação (ver capítulo 10.2). A ampliação deste tipo de ensino trará melhorias na competitividade do setor do agronegócio e serviços, e viabilizará a retomada do setor industrial e de Tecnologia de Informação no estado de Goiás.

Seguindo os princípios do Partido NOVO de dar continuidade em bons programas, daremos continuidade ao programa Escola do Futuro, contudo iremos adaptá-lo para que se torne mais prático e atraente para os alunos, dando foco a formação na área de Tecnologia da Informação (TI). Nesta frente nosso objetivo é a expansão significativa deste programa em todas as regiões do estado, triplicando o número de vagas ofertadas.

Assim, nossas propostas para o ensino médio são:

- Criar dois projetos de treinamento e extensão em educação: um para diretores de colégio e outro para professores. Esses cursos terão caráter eminentemente prático com módulos de curta duração, e serão estruturados para serem cursado de forma contínua, sem necessidade de afastamento do trabalho;
- Criar projeto que reconheça e recompense diretores de colégio e professores por finalizarem treinamentos e aqueles que atingirem melhores resultados educacionais em suas escolas e municípios;
- Atacar o problema de baixo domínio de português e matemática com oferta de atividades de reforço no contraturno escolar;
- Dobrar a oferta de vagas em cursos profissionalizantes, visando atingir a média nacional;
- Liderar a implantação do Novo Ensino Médio, orientando toda a estrutura de educação na implementação de nova grade curricular;

- Ampliar a oferta de vagas de ensino integral, priorizado as regiões com menor IDH do estado.

5.3 Ensino Superior

O ensino superior é uma etapa estratégica da educação e fundamental para o desenvolvimento do Estado de Goiás. Nesse escopo, o foco será ampliar e aprimorar a atuação da Universidade Estadual de Goiás - UEG.

As seguintes iniciativas são previstas:

- Diagnosticar formas de aumentar a taxa de ocupação dos cursos ofertados, assim como reduzir a evasão dos alunos;
- Estimular que os estudantes pratiquem o empreendedorismo e a inovação em todos os cursos de graduação na UEG;
- Apoiar a diversificação de fontes de receita, como parcerias com setor privado e oferta de cursos profissionais e de extensão com cobrança de mensalidade;
- Ampliar divulgação de linhas de financiamento para projetos inovadores junto à comunidade acadêmica;
- Ampliar divulgação de casos de sucesso entre academia e empresas do mercado, de forma a incentivar a realização de novas parcerias.

6 Ciência e Tecnologia

O Partido NOVO entende que a Ciência e Tecnologia é essencial para o desenvolvimento social e econômico do estado de Goiás. Assim, será dada prioridade na execução integral do orçamento da pasta, na forma de duodécimo, evitando interrupção em programas de pesquisa de desenvolvimento. Particular foco será dado a programas que sejam desenvolvidos em parceria com a iniciativa privada e que possam gerar produtos inovadores.

As seguintes iniciativas são previstas:

- Modernizar os processos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) para aumentar sua eficiência na análise e execução de projetos;
- Criar dentro da FAPEG de escritório para mapear pesquisas e inovações em potencial junto à iniciativa privada com finalidade de aproximar empreendedores da comunidade acadêmica;
- Incentivar a formação empreendedora de pesquisadores e a cultura de inovação do empresariado goiano;
- Incentivar a construção de plataformas multiusuários para o compartilhamento de equipamentos analíticos de alta precisão para pesquisadores ligados às universidades, centros de pesquisas e empresas privadas do estado de Goiás.

7 Saúde

O sistema de Saúde de Goiás está aquém das necessidades do povo goiano. Milhares de pessoas esperam nas filas por cirurgias, faltam hospitais e a ineficiência é notória. Falta coordenação no cuidado ao paciente e por isso tratamentos não têm a devida continuidade. Programas de saúde preventiva ainda são inacessíveis para muitos goianos, deixando de conter a sinistralidade de uma população cada vez mais envelhecida. Além disso, falta liderança do Governo do Estado de Goiás para captar e otimizar a aplicação dos recursos da Saúde em parceria com os governos municipais e federal.

A seguir, expomos os principais tópicos relevantes a respeito da saúde no estado de Goiás.

7.1 Gestão da Qualidade

Pouco se fala em qualidade assistencial na saúde. Na prática faltam processos padronizados, metas e fiscalização para garantir que o cidadão esteja sendo bem atendido pelos serviços públicos. Hoje serviços de melhor qualidade são remunerados da mesma forma que os ordinários, essa falta de reconhecimento desestimula a busca por qualidade.

Na gestão da Saúde pelo Partido NOVO de Goiás vamos adotar gradativamente novos modelos procurando remunerar os serviços de acordo com a qualidade e efetividade dos atendimentos. Práticas de gestão que não comprovem resultados em termos de qualidade assistencial a custos compatíveis com o mercado serão abolidos.

Essas iniciativas serão implementadas com ampla discussão com sociedade, e sempre que necessário será buscado auxílio de especialistas.

7.2 Financiamento

Segundo o CFM (Conselho Federal de Medicina) o Ministério da Saúde deixou de aplicar R\$ 174 bilhões entre 2003 e 2017 por inaptidão dos gestores da Saúde de elaborarem bons projetos para captação dos recursos. Há ainda recursos internacionais da casa de bilhões de dólares disponíveis que podem ser captados pela Saúde de Goiás.

Na gestão do Partido NOVO vamos constituir uma comissão de especialistas para a captação e gestão de aplicação de novos recursos para a Saúde, tanto nacionais

quanto internacionais. Também haverá uma extensiva revisão de contratos em busca de otimizações para que haja a liberação de recursos que eventualmente estejam mal aplicados.

7.3 Digitalização

Os ganhos de uma digitalização bem-feita são inquestionáveis, mas entendemos que pouco tem sido feito no sentido de digitalizar os processos na Saúde de Goiás.

Na gestão da Saúde pelo Partido NOVO vamos ajudar os serviços de Saúde municipais a ampliarem e a qualificarem seus investimentos em digitalização. O objetivo será reduzir significativamente o custo assistencial, de pelo menos, das 10 patologias mais prevalentes no Estado.

Importante componente deste processo será a adoção da telemedicina. Estudos demonstram que a telemedicina consegue resolver até 72% dos atendimentos, sem necessidade de um atendimento presencial. O custo de uma tele consulta é até 50% menor que uma presencial, e é até 80% mais barato do que uma visita ao pronto-socorro.

Na Secretaria de Saúde será montada estrutura específica para apoiar prefeitos e secretários de saúde municipal na implantação destas tecnologias. Este objetivo está alinhado com o conceito de Governo Servidor (ver capítulo 4.1), que visa transformar o governo em um prestador de serviços para os municípios.

7.4 Descentralização

A descentralização da Saúde no SUS foi estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988, no entanto até os dias de hoje, 32 anos após a constituição, Goiás ainda concentra os atendimentos em poucas cidades. Embora tenha havido melhoras, ambulâncias chegar a percorrer até 400 km por dia transportando pacientes, situação desumana e ineficiente.

Na gestão do Partido NOVO serão estruturados serviços de Saúde em todas as 5 macrorregiões e nas 18 regiões de Saúde do Estado. Para os serviços públicos haverá investimentos em infraestrutura civil, equipamentos, softwares, assim como apoio para recrutamento de profissionais da Saúde e de gestão.

Já para serviços privados conveniados serão ofertados modelos remuneratórios adequados à qualidade que será exigida dos mesmos. A origem dos recursos virá da priorização de investimentos em favor da descentralização, assim como pela captação

de novos recursos. Faremos um planejamento de médio prazo para que quase a totalidade das demandas de urgências e emergências e a maioria absoluta das demandas eletivas sejam atendidas nas próprias macrorregiões no médio prazo.

7.5 Ampliação de Capacidade

A Saúde de Goiás precisa de ampliação de capacidade no curto prazo porque há aproximadamente 17 mil pessoas esperando por cirurgias eletivas e porque com o natural e avançado envelhecimento da população goiana os déficits na capacidade de atendimento tendem a se acentuar.

A solução primária é garantir o pleno e otimizado funcionamento dos hospitais públicos existentes e finalizar os que estão em construção.

A solução secundária será credenciar a rede privada para complementar a capacidade da rede pública para execução de serviços de Saúde específicos. Para o credenciamento será exigido que o serviço atenda os critérios de qualidade de gestão, que sejam plenamente digitalizados e que, sempre que possível, adotem protocolos clínicos padrão conforme orientações da Secretaria de Saúde do Estado.

7.6 Prevenção

Uma boa saúde depende da participação direta dos cidadãos.

Na gestão do Partido NOVO a população será esclarecida sobre suas reponsabilidades por meio de campanhas de prevenção recorrentes. Também buscaremos parcerias com municípios e com a iniciativa privada para ofertar programas de atividades físicas, reeducação alimentar, programas de psicologia, dentre outros. O objetivo é tornar a população menos suscetível a problemas de saúde que podem ser evitados com ações de prevenção.

Em resumo, as seguintes iniciativas são propostas neste plano para área de saúde:

- Implantar do conceito de Governo Servidor (ver capítulo 4.1), tornando a Secretaria de Saúde Estadual em uma prestadora de serviço para as Secretarias Municipais do estado;
- Melhorar a digitalização de todos os processos envolvidos nos atendimentos de saúde;

- Incentivar o uso da telemedicina como alternativa para atendimento aos cidadãos;
- Acelerar adoção de modelo de medicina baseada em valor, onde serviços de Saúde, e própria equipe médica passam a receber por desfecho clínico, e não por procedimentos realizados;
- Criar programa de formação para capacitar gestores de saúde na captação de recursos;
- Ampliar capacidade de atendimento, com finalização das obras já iniciadas, ampliação dos convênios com entidades privadas e eficiência na gestão;
- Revisar os contratos com Organizações Sociais, no intuito de ampliar a diversidade de prestadores de serviços especializados que atendem os hospitais.

8 Segurança Pública

Segurança Pública é um dos principais serviços – junto com Educação e Saúde – que o estado deve prover. A despeito dos avanços alcançados nos últimos anos em todo o Brasil, o estado de Goiás ainda é um estado violento.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, mostram que em 2020 Goiás teve uma taxa de aproximada de 31 mortes violentas por 100 mil habitantes, índice 10% mais alto que o do estado do Rio de Janeiro naquele ano, que teve uma taxa de 28 mortes violentas por 100 mil habitantes.

Em 2021, houve uma redução das mortes violentas, quando Goiás apresentou uma taxa de 26 mortes por 100 mil habitantes, porém ainda próxima a do estado do Rio de Janeiro, que neste ano apresentou taxa 27 mortes violentas por 100 mil habitantes.

Ainda como comparativo, em Minas Gerais – estado governado pelo Partido NOVO - a taxa em 2020 foi de 13 mortes violentas por 100 mil habitantes, taxa 58% menor que a de Goiás. Por sua vez, em 2021 a taxa foi de 11 mortes violentas por 100 mil habitantes, taxa novamente 58% menor que a de Goiás.

Também causa preocupação a alta letalidade em ações de confronto com a polícia. O estado de Goiás, mesmo possuindo pouco mais de 3% da população brasileira, teve em 2021 9,4% das mortes registradas em confronto com a polícia no Brasil (Fonte: O Popular, 10/06/2022). Colocando em perspectiva, a taxa de letalidade da polícia de Goiás é 16 vezes maior do que a da polícia de Minas Gerais.

O Partido NOVO defende que a polícia tenha todos os treinamentos e meios para enfrentar criminosos, e sempre que necessário com uso da força. Porém é necessário que os indicadores relativos à letalidade policial tenham redução, pois demonstram por si só que o problema da criminalidade não está sendo combatido nas suas causas.

Assim, uma política de segurança eficaz é a que garante uma polícia forte e respeitada, mas associada a uma política preventiva, que iniba a ocorrência de crimes e confrontos pela certeza de punição do criminoso.

Vale ressaltar que transparência é um preceito fundamental de qualquer política pública. Não existe justificativa para qualquer dado estatístico relacionado a segurança pública não ser amplamente divulgado.

A solução para o problema da criminalidade e particularmente para o alto número de homicídios em nosso estado passa por uma mudança de abordagem. É preciso dar mais

instrumentos para que a Polícia Civil investigue os crimes de homicídio, ao mesmo tempo que as ações preventivas sejam reforçadas. O uso extensivo de tecnologia, principalmente câmeras urbanas, associadas a softwares inteligentes, pode dar amplo impulso nestas duas frentes.

Também especial atenção será dada ao principal componente de uma política de segurança eficaz: o policial, principalmente aqueles que realizam policiamento ostensivo nas ruas, muitas vezes acumulando muitas horas extras sem descanso adequado. Tais jornadas atrapalham a efetividade do trabalho, além de comprometerem a própria saúde físico e mental do policial.

Dessa forma fazem parte deste plano as seguintes iniciativas:

- Realizar investimento massivo na instalação de câmeras nas principais cidades de Goiás, integrado com softwares de reconhecimento facial e outros que contribuam para o aumento da eficiência e eficácia do policiamento;
- Ampliar investimento na polícia investigativa, como foco no combate a homicídios, tráfico de drogas e crime organizado;
- Adotar transparência como política de estado;
- Criar incentivos e bônus pela elucidação de crimes de homicídios junto a Polícia Civil;
- Fortalecer programas voltados para prevenção de problemas de saúde física e mental dos policiais;
- Criar cooperação com as secretarias de educação e de desenvolvimento social para implantar ações nas regiões de maior índice de criminalidade;
- Acabar com critérios políticos de promoção e transferências de policiais e bombeiros, dando transparência e objetividade na progressão de carreira;
- Havendo espaço orçamentário, realizar contratação de novos policiais, a fim de resolver o déficit de policiais existente hoje.

9 Infraestrutura

A infraestrutura de Goiás é insuficiente para o desenvolvimento de nosso estado. Como resultado, os produtos e serviços do estado de Goiás perdem competitividade e em momentos de crise, como em enchentes e em secas, a população sofre.

A solução para os problemas de infraestrutura são complexas e demandam muitos recursos financeiros. Infelizmente, Goiás não tem os recursos necessários para fazer frente a todos os investimentos necessários. Logo, a gestão do Partido NOVO será focada na busca por novas fontes de financiamento, tanto públicas quanto privadas.

Conforme já exposto anteriormente, todos os investimentos em infraestrutura serão priorizados por critérios técnicos e haverá total transparência na escolha dos projetos a serem priorizados (ver capítulo 4.5).

9.1 Saneamento

O saneamento de Goiás tem melhorado sob a gestão da SANEAGO, por exemplo entregando o menor nível de desperdício de água entres todas as empresas de saneamento do país. Contudo, precisamos ampliar os serviços de saneamento para mais regiões em nosso estado, especialmente no tratamento de esgotos e recuperação de rios. Ainda ocupamos a 19ª posição no ranking de saneamento básico do Brasil e há obras inacabadas por todo o estado. Os goianos pagam uma tarifa maior que média nacional, mas não veem esse investimento se transformando em benefícios compatíveis. Por exemplo:

- 28% do esgoto coletado em Goiânia ainda é descartado in natura, isto é, sem o devido tratamento (Fonte: Ranking do Saneamento - Instituto Trata Brasil, 2022);
- Aparecida de Goiânia, segunda cidade mais populosa, possui 47% da população que não é atendida por esgoto (Fonte: Ranking do Saneamento - Instituto Trata Brasil, 2022);
- Empreendedores que querem investir são desestimulados devido ao longo tempo de resposta para pedidos de fornecimento para empreendimentos industriais e imobiliários.

Vamos enfrentar com prioridade os problemas citados acima antecipando as metas de universalização do saneamento (previstas para 2033). Vamos defender na ALEGO que

os recursos da abertura de capital SANEAGO, que já foi aprovado, sejam integralmente aplicados em saneamento básico ao invés de serem diluídos no caixa do Estado. Também iremos buscar parcerias com iniciativa privada que permitam antecipar os investimentos necessários para universalização do saneamento básico em Goiás.

9.2 Energia

O suprimento de energia elétrica no estado de Goiás é hoje um dos principais gargalos para desenvolvimento do estado. Sob responsabilidade da ENEL, empresa que assumiu os ativos da CELG, o estado tem sofrido com quedas de energia, impossibilidade de suprimento de energia para novos empreendimentos industriais e notório mal atendimento de pessoas físicas e jurídicas.

Entendemos que a ENEL, ao não cumprir os requisitos mínimo de qualidade previstos em seu contrato de concessão, deve ter sua concessão cancelada e submetida a novo leilão. Contudo, é primordial que erros do passado não sejam repetidos. O arcabouço do novo contrato deve prever garantias reais a serem acionadas em caso de não cumprimento das metas previstas. Essas metas por sua vez, devem ser pensadas principalmente com o fim de garantir a ampliação do suprimento de energia com suficiente folga para suportar o crescimento de demanda prevista.

Dado o longo período que tal processo de mudança pode durar, são necessárias algumas iniciativas de curto prazo que podem minimizar os transtornos para os usuários:

- Criar ouvidoria do governo para concentrar e tomar providência jurídicas causadas pelo mal serviço prestado pela ENEL e para garantir que as soluções das demandas sejam priorizadas por critérios técnicos e jamais de cunho político;
- Incentivar a adoção de autogeração (principalmente energia solar) em empreendimentos rurais e residenciais;
- Criar programa estadual de economia de energia, visando incentivar a adoção de melhores práticas no uso de energia elétrica.

9.3 Rodovias

As rodovias são peça fundamental para desenvolvimento do estado de Goiás. Por ela transitam quase a totalidade dos bens produzidos em nosso estado, além de serem essenciais para desenvolvimento do turismo.

Na gestão do Partido NOVO as rodovias de Goiás o investimento em rodovias será priorizado por critérios técnicos. Não haverá mais espaço para manutenção serem realizadas somente em anos eleitorais, e nem para que obras de pavimentação sejam realizadas segundo critérios políticos (ver capítulo 4.5).

Foco especial será dado na atração de investimento privados, seja através de Parcerias Público Privadas (PPP) ou de concessão.

Assim, as seguintes iniciativas são previstas:

- Estabelecer as regras para priorização dos investimentos em rodovias, seja manutenção, seja obra de pavimentação ou de duplicação;
- Elevar a capacitação da “Goiás Parcerias”, para que esteja mais capacitada a desenvolver projetos de Parcerias Público Privadas (PPPs) ou de concessão de rodovias;
- Criação de um Fundo Garantidor para projetos Parcerias Público Privadas (PPPs);
- Revisar os processos de gestão da GOINFRA, com vistas a ganhos de eficiência e eficácia.

9.4 Silos

A logística de escoamento de produtos agrícolas no mundo demanda grande infraestrutura de unidades de armazenamento. De fato, no exterior a maior parte das fazendas possui unidades de armazenagem. No Canadá, por exemplo, 85% das fazendas possuem unidades de armazenagem, nos Estados Unidos este número é de 65% e na Argentina, 40% (Fonte: Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab). No Brasil somente 14% das fazendas têm armazéns ou silos.

A situação em Goiás não é diferente da brasileira. Dados de 2019 indicam um déficit de armazenagem em relação a produção de 44%. Esse diagnóstico varia de região para região, sendo a região central do estado a única que possui instalações suficientes

A falta de silos para armazenamento de grãos em Goiás, tanto regionais (de maior porte), quanto os de menor porte localizados nas propriedades produtoras, provoca um gargalo logístico, uma vez que obriga que o produtor comercialize toda a sua produção durante a safra. Nesta situação as margens são reduzidas, já que os preços são menores, pela maior oferta, e os custos de frete são maiores.

Na gestão do Partido NOVO em Goiás os problemas citados acima serão tratados com as seguintes iniciativas:

- Atuar junto ao governo federal para ampliação dos recursos destinados ao Programa de Construção de Armazéns – PCA;
- Formar técnicos que possam orientar produtores sobre vantagens dos armazenamentos e dos meios de financiamento;
- Buscar novas fontes de financiamento para construção de silos, principalmente os localizados em propriedades de menor porte e localizados em regiões sem presença de grandes silos regionais.

10 Desenvolvimento Econômico

A geração de empregos de Goiás tem crescido, porém ainda há muito desemprego e subemprego. Goiás precisa e pode aproveitar suas vocações regionais para liderar a geração de empregos no Brasil. Para isso, é necessária uma nova visão para o estado de Goiás.

Na gestão do Partido NOVO para o Governo de Goiás o desenvolvimento das vocações será prioridade. Por exemplo, dentro do Comércio o setor de moda se destaca e por isso terá um plano de propostas próprio. Do mesmo modo setores específicos da área de Serviços e Indústria também terão ações estratégicas. Ao potencializar essas vocações, associado um extensivo programa de melhoria de educação profissionalizante, vamos acelerar o desenvolvimento econômico do estado.

10.1 Programa “Goiano que Planta, Goiano que Transforma”

Programa voltado para instalação de indústrias no estado de Goiás. Enquanto o modelo atual de instalação de indústrias foca na atração de investimentos de outros estados através da concessão de benefícios fiscais, este programa terá como foco a instalação de indústrias levando em consideração as vocações naturais de cada região.

Para realização deste projeto as seguintes iniciativas serão feitas:

- Formar grupos multidisciplinares liderados pelo Governo para análise das vocações de cada região;
- Focar na resolução de problemas estruturais que impedem a instalação de indústrias;
- Ofertar treinamento de gestão e formação técnica dos próprios empreendedores, em parceria com Sesi, Senai, UEG e faculdades privadas;
- Buscar crédito junto a entidades de fomento focadas nas necessidades de cada região;
- Incentivar a organização de cooperativas de transformação.

10.2 Programa Goiás 4.0

A indústria da Tecnologia de Informação (TI) tem um papel fundamental na construção da riqueza das nações mais desenvolvidas do mundo. Também no Brasil essa indústria tem impulsionado o desenvolvimento de alguns estados, como Santa Catarina e São Paulo.

Goiás, no entanto, tem feito pouco para incentivar o setor de TI. Iniciativas tímidas na esfera municipal, focadas na redução de impostos (ISS e IPTU), foram feitas, mas não vão levar o estado ao patamar de exportador na indústria de Tecnologia da Informação.

O que é necessário, em primeiro lugar, é enfrentar o principal problema relativo a essa indústria em Goiás: falta de mão de obra qualificada. Nesse sentido, vamos promover o maior programa de formação em profissionais em Tecnologia da Informação já implementado no Brasil. Para esse fim, as seguintes iniciativas serão realizadas:

- No contexto do novo ensino médio, implementar curso de iniciação a programação para os alunos que optarem por ênfase em exatas (ver capítulo 5.2);
- Triplicar as vagas ofertadas no programa Escola para o Futuro (ver capítulo 5.2);
- Ampliar investimentos para que a UEG possa ampliar o número de vagas em cursos de Tecnologia da Informação, tanto graduação, quanto cursos de extensão e cursos profissionalizantes;
- Realizar parcerias com universidades particulares para que possam ampliar vagas e ofertar bolsas em cursos de Tecnologia da Informação, tanto graduação, quanto cursos de extensão e cursos profissionalizantes;
- Mapear, com apoio de entidades de classe, demandas por soluções de tecnologia de setores consolidados no estado de Goiás (como moda, agronegócio, serviços médicos etc.) e levar essas demandas à academia e a empreendedores do setor de TI;
- Realizar parcerias com empresas de renome mundial (Google, Microsoft etc.) para apoio e participação nos programas de capacitação.

10.3 Lei de Liberdade Econômica

Regulamentação no estado da Lei de Liberdade Econômica, lei federal já implantada no estado de Minas Gerais e São Paulo que dentre outros prevê:

- Isenção de necessidade de licenciamento municipal para atividades de baixo risco ou que tenham funcionamento em residências;
- Licenciamento baseado em autodeclaração para empreendimentos que demandem normas de segurança e higiene específicas;
- Licenciamento tácito em caso de ausência de resposta do poder público em prazo maior de 15 dias para qualquer processo;
- Simplificação do processo de licenciamento de eventos culturais e esportivos;
- Transparência para todos os processos e pedidos de licenciamento apresentados, como forma de acompanhamento da eficiência dos órgãos públicos.

10.4 Código de Defesa do Empreendedor

Proposição de Projeto de Lei com o Código de Defesa do Empreendedor, inspirado em lei similar aprovada em São Paulo. Esta lei irá prever entre outros:

- Exigir que novas regulamentações sobre o setor econômico seja submetida a análise prévia de impacto, com participação da sociedade. Assim, toda nova regulamentação deverá provar os benefícios antes de sua votação;
- Permitir que seja possível impetrar recurso administrativo contra documentação ou especificação técnicas absurdas;
- Permitir fiscalização orientadora, isto é, ausentar a punição ao empreendedor quando deixar de cumprir uma norma na primeira fiscalização para que ele tenha tempo de se adaptar;
- Estabelecer prazo mínimo para que empreendedores se adaptem às mudanças de lei ou normas;
- Permitir o arquivo digital de normas, isto é, dispensar o uso de papel para todos os documentos da empresa, inclusive licenças;

- Definir previsão em lei de tempo de resposta máximo de autarquias públicas e de concessionárias de serviços públicos (especialmente água, saneamento e eletricidade) a pedidos de autorização e avaliação;
- Prever que investimentos realizados por empreendedores em infraestrutura objeto de contrato de concessão (água, saneamento e eletricidade) sejam ressarcidos pelos concessionários.

10.5 Turismo

Goiás possui 94 municípios turísticos espalhados por suas 10 regiões turísticas (Ministério do Turismo, 2022). Destes municípios somente alguns (como Caldas Novas, Pirenópolis e Alto Paraíso) se consolidaram com centro de visitação nacional. Os demais ou são polos de visitação regional, ou sequer possuem qualquer estrutura para atrair turistas. Ainda não temos em Goiás nenhuma atração que seja um ponto de visitação internacional.

Assim, a agenda de desenvolvimento turístico identificará o estágio que a região se encontra, em termos de infraestrutura, o tipo de turismo a ser desenvolvimento (cultural, ecológico ou entretenimento) e a sua vocação potencial (atração internacional, nacional ou regional).

Nesse sentido as seguintes iniciativas fazem parte deste plano:

- Realizar diagnóstico na infraestrutura de acesso, entretenimento, hospedagem e das redes de restaurantes nas principais atrações com potencial de se tornarem locais de visitação internacional (como Parques da Chapada dos Veadeiros e Terra Ronca e outros) e nacional (Rio Araguaia, Pirenópolis, Corumbá e outros);
- Elaborar planos de investimentos, em conjunto com os municípios e com a iniciativa privada, para resolução dos problemas de infraestrutura identificados;
- Desenvolver centros de treinamento regionais, para desenvolver cursos de extensão no setor de turismo, hotelaria e culinária;
- Divulgar ostensivamente as atrações de potencial internacional no exterior, e as atrações de potencial nacional em outros estados (priorizando os mais próximos e com maior renda);

- Atrair e incentivar a realização de grandes eventos culturais nas principais cidades do estado;
- Mapear e apoiar municípios com atrações locais sobre como desenvolver o turismo em suas respectivas regiões.

10.6 Programa Polo da Moda

Goiás já tem um polo da moda localizado na região da Rua 44, no centro de Goiânia – GO, que gera emprego e prosperidade para o povo goiano. São mais de 20.000 empresas que têm um faturamento estimado de R\$ 900 milhões por mês. Na gestão do Partido NOVO o polo da moda será potencializado.

Nossas propostas para este setor são:

- Atuar junto ao município para melhorar o ordenamento urbano;
- Divulgar o polo da moda para todo Brasil;
- Fomentar em conjunto com universidades, empresas, município e autarquias do Sistema S, programas de treinamento específicos para lojistas da região;
- Fomentar a oferta de linhas de crédito específicas para os pequenos lojistas, condicionada a participação de treinamentos de qualificação.
- Criar programa específico para formalização de empreendedores informais da região (camelôs) com possibilidade de microcrédito;
- Ampliar e reforçar a ação do cinturão da moda, com criação de linhas de crédito específicas para costureiras de todo o Estado de Goiás;
- Atuar de forma incansável na desburocratização do setor, dando foco em ações de fiscalização orientativas em contraponto a ações punitivas.

10.7 Agronegócio

O agronegócio se destaca na economia goiana. Goiás é reconhecido como tendo umas das mais altas produtividades agrícolas do mundo, além de possuir o segundo maior rebanho bovino do Brasil. Essa importância está refletida na amplitude das iniciativas que colocaremos em prática para melhoria do Agronegócio em Goiás, sendo as principais descritas abaixo:

- **Divulgação Positiva:** Divulgaremos, no Brasil e no exterior, o agronegócio goiano como exemplo de responsabilidade ambiental e social. Combateremos discursos de competidores comerciais ou de opositores políticos que imputam ao agronegócio goiano problemas inexistentes;
- **Criação de Certificação ESG (Meio Ambiente e Social):** Certificaremos os empreendimentos do agronegócio de acordo com suas boas práticas para recompensar o aumento de produtividade aliado às boas práticas ambientais e sociais;
- **Melhoria da infraestrutura:** Investimento em manutenção e ampliação de capacidade rodoviária serão definidas por critérios técnicos, sendo o volume transportado um dos principais. Será criado programa de apoio para instalação de silos em propriedades (ver capítulo 9.4);
- **Combate à criminalidade no campo:** Políticas públicas que apresentem resultados positivos devem ser mantidas, se tornando políticas de estado, como contraponto a políticas de governo. Este é o caso do policiamento rural, programa que combate à criminalidade no campo. Desta forma, pretendemos ampliar o programa, levando para todas as regiões de Goiás;
- **Combate a invasão de terras:** A proteção à propriedade privada e aos meios de produção são essenciais ao funcionamento da sociedade. Neste sentido, teremos tolerância zero com invasão de terras, independente de eventuais mudanças políticas ocorridas no nível federal. Essa ação se dará não somente de forma reativa, mas também preventiva, com alocação de recursos de inteligência policial para monitoramento de ação de invasores de terra;
- **Modernização dos processos de licenciamento ambiental:** O progresso econômico deve andar de mãos dadas com o meio ambiente. Processos de licenciamento ambiental precisam ser os mais céleres possíveis, afinal, burocracia não é sinônimo de rigor à proteção ao meio ambiente. Implementaremos, sempre que possível, o licenciamento por autodeclaração e promoveremos melhorias na digitalização de todo o processo, especialmente para garantir transparência e acabar a priorização de licenciamentos por critérios não-técnicos. Além disso, defenderemos a criação de um código de defesa dos empreendedores onde serão definidos meios para proteger os empreendedores de atrasos na análise de pedidos de licenciamento;
- **Reforço do EMATER:** O EMATER (Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural, e Pesquisa Agropecuária) é um importante braço da realização

de políticas públicas no agronegócio, sendo a autarquia que possui capilaridade suficiente para alcançar todo o território em Goiás. Sua atuação precisa ser reforçada e ampliada e por isso iremos priorizar os investimentos no instituto para aumentar a disponibilidade de especialistas no campo em todo o Estado.

Assim, de forma consolidada, nossas propostas para este setor são:

- Criar programa de divulgação positiva da Agronegócio em Goiás no Brasil e no exterior;
- Criar de programa de certificação de melhores práticas;
- Melhorar da infraestrutura do estado, particularmente rodovias e silos;
- Combater criminalidade do campo;
- Combater invasão de terras, independente de mudanças políticas ocorridas na esfera federal;
- Modernizar o processo de licenciamento ambiental;
- Reforçar a atuação da EMATER.

11 Desenvolvimento Social

O Partido NOVO defende que o melhor programa social é o emprego. Por isso colocará em andamento um amplo projeto de desenvolvimento econômico, que está detalhado no capítulo 10. Projeto que visa dinamizar o ambiente de negócios do estado de Goiás, e pavimentar o caminho para um desenvolvimento econômico com base nas vocações naturais de cada região e suas vantagens competitivas.

No entanto, sabemos que a pandemia e posterior crise econômica mundial, tem trazido muita miséria para o povo Goiano. Hoje um em cada três goianos, enfrenta dentro de sua casa, insegurança alimentar. Em palavras menos amenas, já está na eminência de passar fome. Essa situação se mostra crítica, quando são noticiadas na imprensa o aumento da demanda por merenda nas escolas (O Popular, 17/06/2022), um claro sinal de que crianças estão chegando nas escolas com fome.

A fome é inaceitável, principalmente para nosso estado que é uma das referências na produção de alimentos no mundo. No governo do Partido NOVO, toda a máquina pública, assim como a ALEGO e a sociedade civil, será mobilizada para dar assistência, de forma emergencial, para todas as famílias que enfrentam a penumbra da fome.

Ainda em relação ao desenvolvimento social de nosso estado, todos os programas de investimento, educacionais e de saúde, passarão a ser priorizados por critérios técnicos. Assim, regiões do estado que possuam menores índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), terão prioridade no recebimento de recursos de natureza social. Outro exemplo é que regiões com maior índice de criminalidade passaram a ter prioridade na implantação de escolas de tempo integral.

Os cadastros existentes nos programas sociais estaduais e municipais serão revisados e será feita uma checagem comparativa, com os cadastros único da esfera federal, de forma que as ações estaduais possam ser complementares àquelas oferecidas nas outras esferas.

Os programas de distribuição de cestas básicas serão melhorados pela implantação gradativa de cartões de compra recarregáveis, que possuem menor custo de distribuição e incentivam o comércio em comunidades próximas às famílias carentes.

De forma resumida, as seguintes iniciativas fazem parte deste plano:

- Implantar um programa emergencial de combate a fome nas escolas, com aumento do repasse da merenda escolar para as escolas mais afetadas;

- Revisar e integrar os cadastros de beneficiários de programas sociais da esfera federal, estadual e municipal, com fins a melhor gestão;
- Adotar critérios técnicos para realização de investimentos pelo estado, priorizando as regiões com menor desenvolvimento econômico;
- Implantar de forma gradativa cartões de alimentação em programas de distribuição de alimentos;
- Criar programa no contraturno escolar com atividades esportivas, culturais e educacionais.

12 Meio Ambiente

O partido NOVO defende que o desenvolvimento econômico e social somente ocorre com proteção ao meio ambiente. Essa proteção deve iniciar nas áreas urbanas, se estendendo às áreas rurais a até às áreas de preservação permanente e parques.

Contudo, muitos conceitos errados são apresentados à sociedade e aceitos sem contestação. O primeiro deles é que diz que desenvolvimento econômico se opõe à preservação ambiental. No atual contexto de economia mundial, onde princípios de responsabilidade social e ambiental são cada vez mais aceitos, a verdade é justamente o contrário. Empresas, municípios e estados que conseguirem inserir nos produtos e serviços os conceitos de responsabilidade ambiental, possuem cada vez mais competitividade.

Outro conceito errôneo e ainda assim amplamente adotado em nosso arcabouço legal é o que defende que mais burocracia é sinônimo de maior preservação. A prática demonstra que é justamente o contrário. Legislação demasiadamente burocrática leva a informalidade de empreendimentos, deixando os mesmos completamente a margem de qualquer possibilidade de fiscalização ambiental e de maior geração de valor econômico.

Por último, a lógica punitiva adotada nas fiscalizações ambientais, com aplicação de multas por não cumprimento de regulamentação, leva a judicialização do problema e raramente a sua solução. A adoção de uma fiscalização orientativa, com incentivos positivos para adoção de práticas ambientalmente corretas, possui no longo prazo resultados muito mais positivos.

Neste contexto, várias propostas presentes neste plano já possuem impacto ambientais positivos. Alguns deles que podemos citar são:

- Acelerar o plano de saneamento do estado de Goiás. Hoje 28% do esgoto de nossa capital é descartado *in natura*, tornando a Saneago uma das principais poluidoras do estado. Pretendemos priorizar investimentos dentro da empresa para solucionar este problema (ver capítulo 9.1);
- Criar um programa de certificação ambiental para empreendimentos rurais, que crie incentivos para adoção de práticas ambientalmente corretas. Entre outras práticas a serem incentivadas está a preservação de matas ciliares além do mínimo previsto, manutenção de bolsões de matas originais em grandes propriedades e a integração lavoura-pecuária-floresta (ver capítulo 10.7);

- Adotar governo digital, como forma de agilizar todos os processos relativos ao meio ambiente (ver capítulo 4.2);
- Promulgar o Código de Defesa do Empreendedor, dando garantia aos empreendedores que terão resposta ágil em seus pedidos de licenciamento. Como explicado, mais agilidade é sinônimo de maior adesão a práticas corretas de gestão ambiental, não o contrário (ver capítulo 10.4);
- Incentivar a autogeração de energia, principalmente solar (ver capítulo 9.2);
- Apoiar prefeituras na gestão ambiental de seus municípios, de acordo com os princípios de um Governo Servidor (ver também capítulo 4.1).

A política de proteção ao meio ambiente do governo do Partido NOVO vai além das ações transversais, também parte desse plano as seguintes iniciativas:

- Realizar estudo detalhado dos ativos hídricos do estado, junto com autarquias competentes e com participação da academia, no intuito de criar um plano de proteção às bacias hidrográficas desde às suas nascentes;
- Realizar ampla divulgação de casos de sucesso de proteção ambiental;
- Adotar de fiscalização orientativa, porém com reforço das ações punitivas em caso de reincidência grave de delitos ambientais.

13 Cultura

A preservação e apoio de manifestações culturais ocupa papel central em sociedades desenvolvidas. De fato, o desenvolvimento de atividades culturais, traz benefícios como a preservação de memórias de formação do povo, age como importante impulsionador de atividades de turismo e, quando trabalhado de forma correta, tem papel fundamental na formação educacional dos jovens.

Por esse motivo, iniciativas de apoio a Cultura já estão presentes de formas transversal em várias partes deste plano, o qual podemos citar:

- Apoio a municípios para que implementem em sua rede de ensino atividades de cunho cultural (Ver capítulo 5);
- Simplificação do processo de realização de eventos culturais (ver capítulo 10.3);
- Apoio direto a município para que possam desenvolver e preservar seus atributos culturais e desenvolver turismo em suas regiões (ver capítulo 10.5);
- Atrair grandes eventos culturais para diversas regiões do estado (ver capítulo 10.5);
- Criar programa com atividades culturais em contraturno de escolas do ensino médio do estado (ver capítulo 11).

14 Esporte

O incentivo ao esporte, enquanto política de estado, possui importante impacto positivo na sociedade. Dentro do contexto educacional, é uma ferramenta fundamental de formação dos jovens. No contexto de saúde pública, traz o benefício da prevenção e do controle de diversas enfermidades. Por fim, no contexto de desenvolvimento econômico, a atração de eventos esportivos e do turismo esportivo, gera emprego e renda. Por esses motivos, o incentivo ao esporte é prioridade e por isso está presente de forma transversal em várias propostas neste plano:

- Apoio a municípios para que implementem em sua rede de ensino atividades de cunho esportivo (ver capítulo 5);
- Simplificação do processo de realização de eventos esportivo (ver capítulo 10.3);
- Criar programa com atividades esportivas em contraturno de escolas do ensino médio do estado (ver capítulo 11).

Adicional a essas iniciativas, também faz parte deste plano as seguintes iniciativas:

- Atrair grandes eventos esportivos para o estado de Goiás, incluindo competições automobilísticas, etapas das principais competições esportivas (ciclismo, natação, atletismo) e maratonas internacionais;
- Reformar e ampliar infraestrutura de prática esportiva sob responsabilidade do estado, como quadras de esporte de escolas e ciclovias vicinais às rodovias;
- Realizar ampla campanha de conscientização sobre a importância da prática esportiva para manutenção da saúde.

15 Mensagem Final

O Partido NOVO por meio deste plano reforça seu compromisso de responsabilidade com o dinheiro do pagador de impostos e compromisso com o cidadão goiano.

Este plano não é exaustivo, ou seja, não endereça tudo que será feito, mas sim as prioridades da nossa gestão. Com a participação de toda sociedade esse plano será continuamente atualizado.

Tudo que faremos será inspirada nas melhores políticas públicas já implementadas em outros locais, nossa meta não é melhorarmos incrementalmente, mas sim nos tornarmos uma referência de gestão para o Brasil.

Vamos direcionar recursos para as áreas que realmente impactam a sociedade – saúde, educação e segurança – e vamos medir e publicar os resultados de cada política pública implementada.

Temos confiança de que a implementação das ações aqui expostas pode levar o estado de Goiás a um futuro de prosperidade e esperança!